



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

SENTENÇA

Processo Digital nº: **1009279-85.2016.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Reintegração / Manutenção de Posse - Coisas**
 Requerente: **Elson Mendes de Oliveira**
 Requerido: **"Fazenda Pública do Estado de São Paulo e outros"**

Justiça Gratuita

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Letícia Lemos Rossi**

Vistos.

ELSON MENDES DE OLIVEIRA propôs ação de reintegração de posse de veículo e danos morais em face do **ESTADO DE SÃO PAULO, MUNICÍPIO DE SÃO CARLOS** e **DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO DO ESTADO DE SÃO PAULO**, alegando que no dia 01.03.2016 perdeu o controle de seu veículo Pálio, placas DMO-6570, vindo a colidir com um poste. Na ocasião, o veículo foi apreendido sendo-lhe exigido o pagamento do valor de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) para reaver a posse do bem. Afirma que a apreensão do veículo se deu por atraso no pagamento de IPVA, o que entende ser inconstitucional, por configurar cobrança coercitiva e que a multa por embriaguez deve ser retirada.

Requer a liberação do veículo e a condenação dos requeridos em danos morais.

Apresentou documentos de fls. 13/22.

A decisão de fls. 25/26 concedeu os benefícios da gratuidade de justiça, mas indeferiu o pedido de tutela antecipada.

O Município contestou o feito alegando ilegitimidade passiva. No mérito, afirma que o veículo foi apreendido por possuir documentação atrasada e que a liberação está condicionada à quitação das multas, taxas e despesas com remoção e estadia.

O Departamento Estadual de Trânsito e a Fazenda do Estado de São Paulo apresentaram contestação conjunta, alegando que a apreensão do veículo se deu pelo cometimento da infração de trânsito capitulada no artigo 165 do CTB, pois o autor dirigia sob influência de álcool, e que a liberação está condicionada ao pagamento das multas, taxas, despesas de remoção e estadia, nos termos do artigo 271, também do CTB. Afirmam ainda que é ônus do autor demonstrar que não conduzia o automóvel sob influência de álcool.

Juntaram os documentos de fls. 57/86.

Houve réplica as fls. 89/91.

É o relatório.

Fundamento e decido.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DA FAZENDA PÚBLICA

RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

O processo comporta julgamento antecipado, na forma do artigo 355, inciso I, do Código de Processo Civil, uma vez que está instruído com as provas documentais necessárias ao deslinde da questão.

O Município arguiu ilegitimidade passiva, ao fundamento de que não realizou a apreensão do veículo. Todavia, na sequência, afirma que só libera o veículo após o pagamento das taxas de custódia, o que entremostra que possui pátio de recolhimento e que é beneficiário das taxas.

Assim, há pertinência do pedido em relação ao ente municipal, razão pela qual afastado da preliminar arguida.

No mérito, a ação é improcedente.

Os documentos apresentados pela Fazenda Estadual demonstram que o autor se envolveu em acidente automobilístico. Durante a abordagem policial, foram constatados sinais de alteração da capacidade psicomotora, razão pela qual foram tomadas as providências administrativas e realizada a condução do autor perante a autoridade policial para apuração do delito de embriaguez ao volante.

Dentre as providências administrativas, houve o recolhimento do veículo, pois diante dos sinais de embriaguez, estaria o condutor impossibilitado de dirigir e não compareceu ao local pessoa habilitada.

O autor voluntariamente se submeteu a exame de sangue para apuração da ingestão de álcool. O laudo de fl. 86 revelou resultado positivo para álcool etílico, com concentração 2,8 g/l, o que justifica a imposição da multa pela infração praticada.

Além disso, a retenção do veículo é medida prevista no artigo 165 do CTB e a apreensão é possível nos termos do artigo 270, §4º, do mesmo código.

Assim, não verifico nenhuma irregularidade na abordagem ao autor, muito menos no procedimento de recolhimento do veículo.

No caso, o autor ainda alega que não consegue retirar o seu veículo do pátio, pois está sendo cobrado do valor de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), todavia os documentos apresentados com a inicial não demonstram a cobrança, seja a título de taxas, diárias ou tributos para a liberação do veículo.

Deste modo, constato que o autor não se desincumbiu do ônus de demonstrar fato constitutivo do seu direito, nos termos do artigo 373, I, do CPC, ficando impossibilitada a discussão acerca da legalidade ou não da exigência do pagamento para a liberação de veículo apreendido.

Por fim, não há que se falar em indenização por dano moral quando o autor não comprova ilegalidade na conduta dos requeridos.

Ante o exposto, **JULGO IMPROCEDENTE** a ação, com fundamento no artigo 487, inciso I, do Código de Processo Civil.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

Condeno o autor a arcar com as custas e despesas processuais, além de honorários advocatícios, esses fixados em 10% sobre o valor atualizado da causa, nos termos do artigo 85, §2º, do CPC, estando suspensa a exigibilidade, por ser beneficiário da gratuidade de justiça (art. 98, §3º, do CPC).

Publique-se. Intime-se.

São Carlos, 13 de junho de 2017.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**